

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente nº 243CK-016-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.	14

Relatório da Administração – Exercício de 2023

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração da Finaxis CTVM S.A referente ao exercício de 2023, de acordo com o que estabelece o Banco Central do Brasil.

2. RESULTADOS RELEVANTES

No exercício de 2023 as receitas operacionais da Finaxis C.T.V.M somaram R\$ 20.965 mil, apresentando um aumento de 21,37% em relação ao mesmo período de 2022.

A Finaxis CTVM evoluiu o total do Patrimônio Líquido administrado de R\$ 11,3 bilhões ao final de 2022 para R\$ 13,7 bilhões ao final de 2023, um crescimento de 21,2%.

No 2º semestre de 2023 a Finaxis CTVM obteve um lucro de R\$ 1.044 mil, representando um aumento de R\$ 265 mil com relação ao mesmo período do ano anterior. Para o exercício de 2023 o lucro foi de R\$ 1.876 mil, o que representa um aumento de R\$ 1.413 mil com relação ao mesmo período 2022.

3. CONTEXTO E PERSPECTIVAS

A inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2023 em 4,62%. A taxa básica de juros Selic iniciou um ritmo de redução durante 2023, finalizando o ano com uma taxa de 11,75%, muito influenciado pela tendência de redução da pressão inflacionária segundo projeções de mercado e reforçada pela própria sinalização das últimas reuniões do Copom.

O crescimento do PIB de 2023, divulgado pelo IBGE em março de 2024, foi de 2,9%, em linha com o crescimento de 2022 de 3,0%.

Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 02 de fevereiro de 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2024 é de 1,60% e as projeções para inflação IPCA de 3,81%. Em relação à taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, a previsão é pela queda até 9,00% ao final do ano.

Em novembro de 2023 passou a vigorar, para novos fundos, a resolução CVM 175 que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos. A partir de 29 de novembro de 2024, a CVM 175 passará a vigorar também para fundos existentes antes de novembro de 2023. Diversos desafios de implementação desta resolução estão sendo superados com sucesso, existindo uma grande expectativa por parte da Administração de que este novo marco regulatório trará uma série de oportunidades de crescimento para o mercado de capitais.

O Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs, entendendo que é fundamental manter a aceleração no ritmo de investimentos em tecnologia e inovação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange os relatórios da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
Ativo circulante		13.901	11.465
Disponibilidades	4	9.756	4.008
Instrumentos Financeiros	5	-	5.629
Operação compromissada		-	5.629
Outros créditos		4.069	1.768
Rendas a receber	6	3.257	2.695
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(1.641)	(1.229)
Crédito tributário	7	806	121
Diversos	7	1.647	181
Outros valores e bens		76	60
Despesas antecipadas		76	60
Realizável a longo prazo		2.299	3.113
Outros créditos	7	2.299	3.113
Crédito tributário		19	789
Depósitos Judiciais		2.280	2.324
Ativo não circulante		158	120
Imobilizado de uso		158	120
Outras imobilizações de uso	8	377	304
(Depreciações acumuladas)		(219)	(184)
Intangível		-	-
Ativos intangíveis		2	2
(Amortizações acumuladas)		(2)	(2)
Total do ativo		16.358	14.698

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante		<u>2.744</u>	<u>2.319</u>
Outras obrigações		<u>2.744</u>	<u>2.319</u>
Sociais e estatutárias		469	116
Fiscais e previdenciárias	9	365	373
Diversas	10	1.910	1.830
Exigível a longo prazo		<u>1.915</u>	<u>2.087</u>
Outras obrigações		<u>1.915</u>	<u>2.087</u>
Diversas	10	1.915	2.087
Patrimônio líquido	11	<u>11.699</u>	<u>10.292</u>
Capital Social		5.930	5.930
Reserva Legal		497	404
Reservas especiais de lucros		5.272	3.958
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>16.358</u></u>	<u><u>14.698</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2023		2022
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		312	732	1.138
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		312	732	1.138
Resultado bruto da intermediação financeira		312	732	1.138
Outras receitas/ (despesas) operacionais		1.412	2.233	16
Receitas de prestação de serviços	12	9.467	18.686	15.511
Despesas de pessoal	13	(4.155)	(8.012)	(6.980)
Outras despesas administrativas	14	(4.321)	(8.203)	(7.368)
Despesas tributárias		(703)	(1.394)	(1.179)
Despesas de provisões contingências	15	-	(64)	(240)
Provisões para outros créditos	15	(25)	(48)	(30)
Outras receitas operacionais		1.210	1.546	625
Outras despesas operacionais	15	(61)	(278)	(323)
Resultado operacional		1.724	2.965	1.154
Resultado não operacional		-	-	1
Resultado antes da tributação sobre o resultado		1.724	2.965	1.155
Imposto de renda e contribuição social	16	(680)	(1.089)	(692)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(642)	(1.004)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(38)	(85)	(692)
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre / exercício		1.044	1.876	463
Nº de ações		5.930.000	5.930.000	5.930.000
(Prejuízo) / Lucro por ação (em R\$)		0,18	0,32	0,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro do Exercício	1.044	1.876	463
Parcela do sócio controlador - Lucros recorrentes	1.044	1.876	463
Parcela do sócio controlador - Lucros não recorrentes	-	-	-
Total resultado abrangente	1.044	1.876	463
Parcela do sócio controlador	1.044	1.876	463

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.930	381	3.882	-	10.193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	463	463
Dividendos	-	-	(248)	(116)	(364)
Reserva Legal	-	23	-	(23)	-
Reserva de Lucros	-	-	324	(324)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.930	404	3.958	-	10.292
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.876	1.876
Dividendos	-	-	-	(469)	(469)
Reserva Legal	-	93	-	(93)	-
Reserva de Lucros	-	-	1.314	(1.314)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.930	497	5.272	-	11.699
Mutações do período	-	93	1.314	-	1.407
Saldos em 30 de junho de 2023	5.930	404	3.958	832	11.124
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.044	1.044
Dividendos	-	-	-	(469)	(469)
Reserva Legal	-	93	-	(93)	-
Reserva de Lucros	-	-	1.314	(1.314)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.930	497	5.272	-	11.699
Mutações do período	-	93	1.314	(832)	575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro do semestre / exercício	1.044	1.876	463
Ajustes ao (prejuízo) / lucro do semestre / exercício	(211)	76	932
Depreciações e amortizações	18	35	27
Constituição de Crédito Tributário	38	85	692
Provisão para passivos contingentes	-	64	138
Reversão para passivos contingentes	(64)	(99)	
Constituição de PCLD	266	460	439
Distribuição de dividendos	(469)	(469)	(364)
Variações em ativos e passivos	(897)	(1.644)	(2.681)
Redução / (Aumento) em outros créditos	(1.214)	(2.032)	(967)
Redução / (Aumento) em outros valores e bens	13	(17)	(15)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	304	405	(1.699)
Caixa líquido (aplicado) / gerado nas atividades operacionais	(64)	308	(1.286)
Atividades de investimento			
Aquisição (alienação) de investimento	(70)	(73)	(67)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(70)	(73)	(67)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(116)	(337)
Aumento/ redução de caixa e equivalentes de caixa	(134)	119	(1.690)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	9.890	9.637	11.327
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	9.756	9.756	9.637
Aumento/ redução de caixa e equivalentes de caixa	(134)	119	(1.690)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”) foi constituída em 14 de abril de 1999 e iniciou suas atividades em julho de 1999 com sede em São Paulo – SP na Avenida Paulista nº 1842, 1º andar conjunto 17, Bela Vista. A Corretora tem por objeto social entre outras atividades: comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimentos e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações contábeis passaram a serem elaboradas segundo os critérios instituídos pelas Resoluções BCB nº 4.818 de 25 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e alterações posteriores, que tratam dos conceitos gerais para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 (R2) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2022;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- c) CPC 02 (R2) “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”, regulamentada pelo Bacen através da Resolução nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 (R2) “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- e) CPC 04 (R1) “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução nº 4.534/2016 do Bacen.
- f) CPC 05 (R1) “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- g) CPC 10 (R1) “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- h) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- i) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologado pela Resolução nº 3.973/2011;
- j) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- k) CPC 27 “Ativo imobilizado, correlação às normas internacionais de contabilidade – IAS 16”, homologado pela Resolução do Bacen nº 4.535/2016;
- l) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- m) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019;
- n) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019;

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

O BACEN, através da Resolução BCB nº 255 de 1º de novembro de 2022, estabeleceu a nova estrutura do plano Cosif entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 26 de março de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Corretora na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/2008, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

d) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 08, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

e) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados baseados nos critérios definidos na Carta Circular Bacen nº 3.429/2010 e na Resolução CMN nº 3.823/2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

f) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2023.

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pro rata” dia.

i) Resultado por ação

O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

j) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Corretora elaborou uma política própria de PCLD para tratar da constituição de provisão sobre atrasos nos recebimentos de rendas a receber e despesas a reembolsar por parte dos fundos de investimento administrados. Essa provisão será constituída conforme quadro abaixo:

Atraso	Provisão
90 a 180 dias	10%
181 a 270 dias	40%
271 a 360 dias	60%
Acima de 360 dias	100%

Também, foi estabelecido que após 90 dias de atraso, as receitas deixam de ser alocadas no resultado e passem a serem lançadas em uma conta redutora do Ativo.

k) Créditos tributários, impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Disponibilidades	9.756	4.008
Aplicações interfinanceiras (a) (Nota Explicativa nº 5)	-	5.629
Total	9.756	9.637

a) Por decisão da administração a Corretora deixou de realizar aplicações interfinanceiras a partir de dezembro/2023.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 meses	
	2023	2022
Operações compromissadas (*)	-	5.629

(*) São representadas por aplicações no mercado aberto, lastreadas por títulos públicos federais com prazos de vencimento de um dia útil. Estas operações não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza.

6. Outros créditos – Rendas a receber

	2023	2022
Serviço de administração de fundos	3.110	2.583
Estruturação de fundos	12	-
Distribuição de cotas	135	112
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.641)	(1.229)
Total outros créditos diversos – circulante	1.616	1.466

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

	2023	2022
90 a 180 dias	210	206
181 a 270 dias	125	112
271 a 360 dias	110	119
361 dias ou mais	1.196	792
Total PDD	1.641	1.229

Movimentação

	12/2023	12/2022
(=) Saldo inicial	1.229	819
(-) Provisões revertidas	(18)	(27)
(-) Estagnações constituídas	502	437
(-) Estagnações revertidas	(72)	-
(=) Saldo final	1.641	1.229

7. Outros créditos – Diversos

	2023	2022
Outros créditos diversos – Circulante		
Créditos Tributários (Nota Explicativa nº 16c)	806	121
Adiantamentos diversos	-	23
Adiantamento para benfeitorias (a)	1.596	-
Impostos e contribuições a compensar	4	13
Pagamentos a ressarcir	47	145
Total outros créditos diversos – circulante	2.453	302
Outros créditos diversos – Longo prazo		
Créditos tributários (Nota Explicativa nº 16c)	19	789
Depósitos judiciais (b)	2.280	2.324
Total outros créditos diversos – longo prazo	2.299	3.113

- (a) Refere-se a obra em andamento para reforma em imóvel de terceiros, que servirá como nova sede da entidade cujo valor despendido até 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 1.596 (R\$0 em 2022). O valor total da obra será imobilizado como benfeitorias em imóveis de terceiros após a finalização da obra.
- (b) Refere-se a depósitos judiciais no valor de R\$ 2.280 (R\$ 2.324 em 2022) relacionado a questões trabalhistas, e R\$ 41 (R\$ 19 em 2022) relacionado a processos de natureza cível.

8. Imobilizado de uso

	% Taxa	2023		2022
		Custo	Depreciação	Saldo
Móveis e equipamentos	10	134	(106)	28
Sistemas de processamento de dados	20	150	(51)	99
Equipamentos de comunicação	20	19	(19)	0
Equipamentos de segurança	10	34	(3)	31
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10	40	(40)	0
Total		377	(219)	158

Movimentação

	2023	2022
(=) Saldo inicial	120	80
(+) Aquisições	73	67
(-) Depreciações	(35)	(27)
Total	158	120

9. Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	101	-
Impostos e contribuições sobre terceiros	27	21
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	120	101
PIS e Cofins	76	71
Impostos sobre serviços a recolher	36	33
Impostos retidos sobre fundos a recolher (a)	5	147
Total	365	373

(a) Refere-se ao imposto de renda decencial retido sobre resgates de fundos administrados.

10. Outras obrigações – Diversas

	2023	2022
Outras obrigações diversas – Circulante		
Obrigações para aquisição de Bens e Direitos	56	-
Despesas de pessoal a pagar	185	177
Outras despesas administrativas (a)	60	173
Credores diversos (b)	1.609	1.480
Total	1.910	1.830
Outras obrigações diversas – Longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (c)	1.915	2.087
Total	1.915	2.087

(a) Refere-se a provisão para pagamento de serviços jurídicos R\$ 0 (R\$ 159 em 2022), fornecedores no montante de R\$ 7 (R\$ 4 em 2022), aluguéis de imóveis no montante R\$ 40 (R\$ 0 em 2022), e outros no montante de R\$ 13 (R\$ 10 em 2022);

- (b) Representado pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding Finaxis S.A. no montante de R\$ 702 (R\$ 584 em 2022) e credores diversos no montante de R\$ 907 (R\$ 897 em 2022);
- (c) Em 31 de dezembro de 2023, as contingências passivas na Corretora classificadas como perdas prováveis são no valor total de R\$ 1.915 (R\$ 2.087 em 2022), representadas pelos processos: a) Trabalhistas que somam R\$ 1.878 (R\$ 2.050 em 2022) ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros, e; b) Administrativas no montante de R\$ 37 (R\$ 37 em 2022).

Abaixo a composição das provisões para contingências por natureza:

	2023	2022
Ações trabalhistas	1.878	2.050
Ações administrativas	37	37
Total	1.915	2.087

A seguir, a movimentação da provisão para contingências:

	2023	2022
(=) Saldo inicial	2.087	3.439
(+) Constituições	64	240
(-) Baixas	(137)	(1.490)
(-) Reversão	(99)	(102)
(=) Saldo final	1.915	2.087

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis são no valor total de R\$ 195 representadas por processos: **a)** trabalhistas que somam R\$ 195 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado por um único acionista domiciliados no país está representado por 2.965.000 ações ordinárias nominativas e por 2.965.000 ações preferenciais nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 5.930 em 2023 e 2022.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Conforme determina o Artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20 % do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

b.2) Reservas especiais de lucros

Conforme Art. 25 do estatuto social é determinado que o saldo do lucro líquido do exercício, após as distribuições de reserva legal, reserva de contingência e pagamento de dividendos, será transferido para conta de reservas especiais de lucros, ficando à disposição da assembleia geral. Por proposta da diretoria, a assembleia geral poderá manter naquela conta, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível o desenvolvimento das operações ativas da Corretora.

Em 31 de dezembro de 2023 a Corretora possuía registrado o montante de R\$ 5.272 (R\$ 3.958 em 2022) em reservas especiais de lucros.

c) Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações. As ações preferenciais terão direito a receber, com prioridade, um dividendo não cumulativo, calculado a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o respectivo saldo contábil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram distribuídos e pagos, dividendos no montante de R\$ 116 (R\$ 337 em 2022) e provisionado dividendos a pagar no montante de R\$ 469 (R\$ 116 em 2022).

12. Receita de prestação de serviços

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Taxa de administração de fundos	8.665	16.724	14.087
Distribuição e colocação de cotas (a)	738	1.500	1.285
Estruturação de Fundos	64	292	91
Outras receitas de serviços	-	170	48
Total	9.467	18.686	15.511

(a) Refere-se ao recebimento de comissões sobre a intermediação financeira realizada na coordenação, colocação e distribuição pública de cotas emitidas pelos Fundos Administrados pela Corretora em 2023 representado pelos seguintes fundos:

2023 - FIDC Sifra Star no montante de R\$ 1.422, FIDC Brasfor no montante de R\$ 75, FIDC VHG no montante de R\$ 3, e em 2022 FIDC Sifra Star no montante de R\$ 1.240, FIDC Peak no montante de R\$ 40, FIDC Litus no montante de R\$ 5

13. Despesas de pessoal

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Remuneração	2.669	5.190	4.601
Encargos	847	1.630	1.429
Benefícios	631	1.184	943
Treinamentos	8	8	7
Total	4.155	8.012	6.980

14. Outras despesas administrativas

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de água, energia e gás	9	17	26
Despesas de aluguéis	252	474	190
Despesas de manutenção e conservação de bens	9	15	16
Despesas de material	27	39	39
Despesas de processamento de dados	350	781	597
Despesas de promoções e relações públicas	73	83	5
Despesas de propaganda e publicidade	5	34	13
Despesas de publicações	11	21	31
Despesas de seguros	80	140	237
Despesas de serviços do sistema financeiro	27	49	48
Despesas de serviços de terceiros	11	39	18
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	3.269	6.025	5.811
Despesas de transportes	3	8	29
Despesas de viagens	18	45	4
Outras despesas administrativas	159	398	277
Despesas de depreciação e amortização	18	35	27
Total	4.321	8.203	7.368

(a) Para o serviço de coordenação e distribuição pública de cotas emitidas pelos Fundos Administrados pela Corretora, mencionado na Nota explicativa nº 12, a Corretora pode contratar agentes autônomos de investimentos. As despesas de serviços técnicos especializados referem-se: (i) ao pagamento de comissões sobre a intermediação financeira realizada pelos agentes autônomos no montante de R\$ 486 (R\$ 420 em 2022); (ii) serviços de auditoria, utilização de serviços técnicos de contabilidade, assessores jurídicos e assessoria na emissão de certificados no montante de R\$ 1.464 (R\$ 2.011 em 2022); e (iii) serviços de consultoria 4.075 (R\$ 3.380 em 2022).

15. Outras despesas operacionais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão para passivos contingentes	-	64	240
Estruturação/Outras despesas de fundos	2	3	87
Outras despesas operacionais	59	275	236
Provisões para outros créditos	25	48	30
Total	86	390	593

(a) Refere-se às multas sobre recolhimentos de tributos, notas e despesas no montante de R\$ 275 (R\$ 236 em 2022).

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

No exercício de 2023, a Corretora apresentou lucro fiscal acumulado no montante de R\$ 2.962 (e prejuízo fiscal de R\$ 430 em 2022) e conseqüentemente, houve recolhimento de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2023, gerando imposto de renda e contribuição social diferidos em 2023, calculados sobre o prejuízo fiscal.

A demonstração do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações de 31 de dezembro de 2023 e 2022 são assim apresentadas:

	2º Semestre	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	1.724	2.965	1.155
Participações no lucro – Empregados	-	-	
Adições/exclusões	(83)	(4)	(1.585)
Multas CVM/ ANBIMA	4	198	1
Multas ANBIMA	1	1	-
Provisão para passivos contingentes	-	64	240
Ressarcimento de despesas/rateio	2	119	24
Empresa cidadã	10	20	10
Despesas com brindes	2	3	4
PCLD	25	48	29
(-) Reversão sobre rendas a receber	-	(18)	(27)
(-) Reversão sobre despesas a reembolsar	-	-	(34)
(-) Reversão de passivos contingentes	(64)	(99)	(102)
(-) Reversão de passivos contingentes - Rateio	-	(96)	
(-) Reversão de excesso de provisões	-	-	(229)
Outras	4	4	(11)
PAT	(64)	(101)	
(-) Parte B	(3)	(147)	(1.490)
(-) Ressarcimento de infra Rateio – Parte B	-	-	-
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	1.641	2.961	(430)
Prejuízo fiscal compensado até a competência	-	(431)	-
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal.	1.641	2.530	(430)
Imposto de renda total	415	649	335
Imposto de renda 15%	241	380	-
Adicional de imposto de renda 10%	149	229	-
Imposto de renda diferido - Prejuízo Fiscal	9	-	335
Imposto de renda diferido - Adição/Exclusão Temporária	16	40	-

b) Conciliação da contribuição social no resultado

	2º Semestre	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			
e após as participações	1.724	2.965	1.155
Participações no lucro – Empregados	-	-	-
Adições/exclusões	(19)	97	(1.585)
Multas CVM	4	198	1
Multas ANBIMA	1	1	-
Provisão para passivos contingentes	-	64	240
Ressarcimento de despesas/rateio	2	119	24
Empresa cidadã	10	20	10
Despesas com brindes	2	3	4
PCLD	25	48	29
(-) Reversão sobre rendas a receber	-	(18)	(27)
(-) Reversão sobre despesas a reembolsar	-	0	(34)
(-) Reversão de passivos contingentes	(64)	(99)	(102)
(-) Reversão de passivos contingentes - Rateio	-	(96)	-
(-) Reversão de excesso de provisões	-	0	(229)
Outras	4	4	(11)
(-) Parte B	(3)	(147)	(1.490)
(-) Ressarcimento de infra Rateio – Parte B	-	-	-
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	1.705	3.062	(430)
Prejuízo fiscal compensado até a competência	-	(431)	-
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal.	1.706	2.631	(430)
Contribuição social total	265	440	357
Contribuição social sobre o lucro líquido 15%	252	395	-
Contribuição social diferido - Base negativa	3	20	-
Contribuição social diferido - Adição/Exclusão Temporária	10	25	357

Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Impostos correntes			
Imposto de renda	390	609	-
Contribuição social	252	395	-
Impostos diferidos			
Imposto de renda diferido - Prejuízo Fiscal	9	-	335
Imposto de renda diferido - Adição/Exclusão Temporária	16	40	-
Contribuição Social diferido - Base negativa	3	20	357
Contribuição Social diferido - Adição/Exclusão Temporária	10	25	-
Total	680	1.089	692

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A Administração da Corretora realizou estudo de créditos tributários e concluiu que os créditos tributários serão realizados nos seguintes prazos:

Movimentação

	2023	2022
(=) Saldo inicial em 31 de dezembro	910	1.602
(+) Constituições	247	92
(-) Baixas	(332)	(784)
Total	825	910

Ano de realização	Valor
2024	806
2025	19
Total	825

17. Transações com partes relacionadas

a) Partes relacionadas

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

- Banco Finaxis S.A. – Controladora;
- Holding Finaxis S.A.

b) Saldos e resultados de transações com partes relacionadas

b.1) Remuneração da Administração

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa do exercício, bem como pela remuneração variável, provisionada no ano base e paga no ano corrente, e totalizaram no exercício de 2023 o montante de R\$ 930 (R\$ 1.016 em 2022). Do total de R\$ 930, o montante de R\$ 785 são despesas próprias e R\$ 145 rateio da Holding.

b.2) Demais transações

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições negociadas entre as partes, no tocante a encargos e prazos e são compostas por:

Nota	2023		2022	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Credores diversos	-	(702)	(584)	(5.350)
Holding Finaxis S.A.	702	7.309		
(a)	-		584	5.350

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

- (a) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding Finaxis S.A. a partir de 01 de janeiro de 2023, o critério de rateio foi alterado, conforme aditamento assinado entre todas as partes (Holding, Banco e Corretora), passando a Corretora a ressarcir a Holding, na proporção de 27,91% das despesas. Para apurar o percentual, levou-se em consideração a proporção das receitas de serviços das empresas do grupo para as quais a Holding Finaxis S.A. presta serviço.

18. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 2023 e 2022, a Corretora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos

19. Gestão do capital e dos riscos crédito, mercado, liquidez e operacional

O Finaxis acredita que o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital são fundamentais para a instituição crescer de forma sustentável e rentável.

Para garantir a adequação e eficácia, a diretoria de Inteligência de Dados, Riscos e Conformidade, que atua de forma independente, é responsável por coordenar as atividades que tangem estas estruturas.

O gerenciamento e o monitoramento dos riscos do Finaxis são realizados por meio de políticas, estratégias, sistemas e controles, alinhados às diretrizes e ao apetite de riscos definidos pela Alta Administração.

As descrições completas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, localizado nos sítios:

- Do Banco Finaxis S.A.: <https://finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>; e
- Da Finaxis CTVM S.A.: <https://corretora.finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>.

Abaixo segue descrição sucinta do gerenciamento de riscos e capital do Finaxis.

a) Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os riscos a que a instituição esteja sujeita de maneira relevante.

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste em:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Atualmente o Finaxis atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação ao risco de mercado. Os instrumentos detidos pelo Finaxis são, em sua completude, classificados na carteira bancária.

Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pelo tomador ou contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atualmente, o risco de crédito do Finaxis é considerado imaterial, devido à atividade desenvolvida. O risco de crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas e títulos públicos federais.

Risco Operacional

Risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

No Finaxis, o risco operacional é o risco de maior potencial de perdas, devido às atividades desenvolvidas nos negócios. A instituição possui políticas e procedimentos para identificação, classificação, avaliação, controle, monitoramento e tratamento dos riscos operacionais.

A diretoria de Inteligência de Dados, Riscos e Conformidade tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de riscos eficaz, visando reduzir as perdas operacionais e fortalecer o ambiente de controles.

b) Gerenciamento de Capital

Gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

No Finaxis, a estrutura de gerenciamento de capital é abrangida por:

- Políticas e estratégias, claramente documentadas, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o PR, o Nível I e o Capital Principal, de que trata a Resolução CMN nº 4.955, em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital;
- Avaliação da adequação de capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos para o comitê CCRC.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em 2023 os requerimentos mínimos para o Finaxis de PR, Nível I e Capital Principal correspondiam à 8%, 6% e 4,5% do montante do RWA, respectivamente, e um Adicional de Capital Principal correspondente à 2,5% do montante do RWA. Além disso, de acordo com a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, em 2023 o Finaxis também observou um requerimento de PR mantido para a cobertura do IRRBB correspondente à cerca de 1,107% do montante do RWA.

O Finaxis possui controles bastante eficazes para o monitoramento dos limites impostos pela regulamentação em vigor. Atualmente, o seu capital é totalmente composto pelo capital social de controladores e não controladores, ou seja, pelo Capital Principal.

Para o cumprimento dos objetivos do gerenciamento de capital, são estabelecidas diversas diretrizes que devem nortear os processos, e a estrutura de gerenciamento de capital deve prover à Alta Administração subsídios para a tomada de decisão.

Os dados abaixo demonstram a situação do Finaxis sobre os requerimentos mínimos de capital, em relação a dezembro de 2023 e ao período precedente.

	Dez-23	Dez-22
Valores em milhares - R\$		
Patrimônio de referência	20.732	23.869
Nível I	20.732	23.869
Capital principal	20.732	23.869
Capital complementar	-	-
Nível II	-	-
RWA (ativos ponderados pelo risco)	128.137	128.957
Crédito – RWACPAD	14.962	12.102
Mercado – RWAMPAD	-	-
Operacional – RWAOPAD	113.175	116.855
Índice de Basileia	16,18%	18,51%

Desta forma, observa-se o cumprimento do Finaxis aos requerimentos de capital previstos na regulamentação em vigor.

O descumprimento pode acarretar adoção de medidas prudenciais preventivas pelo Banco Central do Brasil, descritas na Resolução CMN nº 4.019.

Remuneração do Capital

Em atendimento a Lei nº 6.407 de 15 de dezembro 1.976, a administração do Finaxis apresentará à assembleia-geral ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. O pagamento dos dividendos propostos será efetivado em até 60 dias da deliberação da AGO.

20. Outros assuntos

Resolução CMN nº 4.966 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

O Banco Central do Brasil (BACEN) ainda emitirá normas complementares com detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas. A Resolução nº 4.966 será aplicada de forma prospectiva em 1º de janeiro de 2025. Com a emissão da Resolução nº 5.019 que requer a elaboração e disponibilização ao BACEN até 31 de dezembro de 2022 do plano para a implementação, aprovado pela diretoria do Banco, o documento já foi elaborado e está à disposição do BACEN.

A Finaxis CTVM S.A realizou estudo técnico, onde foram avaliados na íntegra a Resolução 4966 e as políticas e procedimentos atualmente em vigor, identificando os seguintes GAPs no tratamento dos Instrumentos Financeiros:

Caixa e equivalentes de caixa

A classificação não está baseada na análise do modelo de negócio e na avaliação dos fluxos de caixa contratuais. Apesar das diferentes categorias apresentadas pela resolução 4.966/21, não é esperado divergências na mensuração desses ativos financeiros, dadas as características da operação.

Instrumentos Financeiros - Títulos e valores mobiliários

A classificação não está baseada na análise do modelo de negócio e na avaliação dos fluxos de caixa contratuais. Apesar das diferentes categorias apresentadas pela resolução 4.966/21, não é esperado divergências na mensuração desses ativos financeiros, dadas as características da operação.

Outros créditos – rendas a receber e diversos

No que diz respeito aos impactos de classificação e mensuração, apesar das diferentes categorias apresentadas pela resolução 4.966/21, não é esperado divergências na mensuração dessas rendas a receber, dado que o mesmo se enquadra no conceito de somente P&J e, portanto, deverá ser mensurado ao custo amortizado.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Dado que o rendas a receber do Banco não é caracterizado como uma operação de crédito, e a nova resolução não deixa claro a obrigatoriedade de adequação da perda esperada para esse tipo de ativo, não foi identificada discrepância possível ser aplicável para fins locais.

Depósitos e demais passivos financeiros

Não foi identificada diferenças de práticas entre a mensuração atual dos passivos financeiros e o que a nova norma estabelece. Para a forma de classificação, o Banco deverá alterar e ajustar para custo amortizado.

21. Eventos subsequentes

Em atendimento ao CPC 24 – Contabilização e divulgação de eventos subsequentes, a Administração informa que até esta data não houve ocorrência de eventos que afetem significativamente as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

22. Resultado recorrente e não recorrente

Em atendimento a resolução BCB n.º 2 de 12 agosto de 2020 Art. 34, a administração informa que durante o exercício de 2022 e 2023 todos resultados apurados trata-se de resultados recorrentes.

* * *

.